



*Handwritten signatures in blue ink.*

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE VILA REAL, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO  
DE 2012**

**N.º 13/2012**

**PRESIDÊNCIA:** Manuel do Nascimento Martins - Presidente da Câmara.-----

**VEREADORES PRESENTES:** Domingos José Monteiro Madeira Pinto, Maria Dolores Alves Ferreira Monteiro, Miguel de Matos Esteves, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida e Francisco José Ferreira da Rocha.-----

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Não houve.-----

**SECRETARIOU:** Eduardo Luís Varela Rodrigues - Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.-----

**HORA DE ABERTURA:** Declarada aberta pelo Senhor Presidente, quando eram 10 horas.-----

**OUTRAS PRESENÇAS:** Não houve.-----

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Aprovada.-----

## SUMÁRIO

I - ANTES DA ORDEM DO DIA .....4

II - ASSUNTOS URGENTES (artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro) .....5

III - ORDEM DO DIA

### CÂMARA MUNICIPAL

1. – Sociedade Polis/Processos Judiciais findos e pendentes – Provisão para honorários..5

#### Gabinete de Comunicação e Imagem

2. – Bolsa de Estudo para o 20º Curso Internacional de Língua Alemã da Hochschule Osnabrück..... 6

### DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

3. – Lei dos Compromissos/Aumento Temporário dos fundos disponíveis.....7

### DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

#### Património

4. – Ampliação e requalificação da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância das Árvores - Aquisição de 6 lugares de garagem.....8

#### Tesouraria

5. – Balancete Quinzenal – Quinzena de 28 de maio a 8 de junho/2012 .....11

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO URBANA**

**DIVISÃO DE GESTÃO URBANA**

6. – Processo nº 4/76 – António Ferreira e Irmãos – Freguesia de S. Dinis.....	11
7. – Processo nº 16/07 – Siloseixo – Imobiliária, Lda. – Freguesia de Mateus.....	12
8. – Processo nº 21/07 – Jorge Sebastião Vaz, Irmãos & Companhia, Lda. – Freguesia de Lordelo.....	14
9. – Processo nº 1/00 – Topimob – Investimentos e Gestão Imobiliária, S.A.- Freguesia de S. Pedro.....	15

**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**

10. – Prestação do Serviço de Transportes Escolares para cada um dos Minicircuitos Privativos de Aluguer, no âmbito da Rede Escolar para o ano letivo 2012/2013 – Procedimento por Ajuste Direto Geral – Relatório Final.....	17
11. – Serviços de Apoio à Família - Proposta de anulação de dívida e isenção dos serviços de apoio à família – Carlos José Correia Telmo.....	21
12. – Concurso Miss e Mister Sustentabilidade da Escola Secundária Morgado Mateus – Pedido de verba para atribuição de prémios.....	22

## **I - ANTES DA ORDEM DO DIA**

- A Vereadora Eugénia Almeida questionou sobre o porquê dos Vereadores do Partido Socialista não terem sido convidados para a bênção do cemitério.

O Senhor Presidente referiu que estava convicto de que tinha informado os Vereadores, numa das reuniões da Câmara Municipal, sobre a data da bênção do cemitério e lamenta a falha dos serviços de protocolo.

- A Vereadora Eugénia Almeida perguntou ainda sobre a natureza das obras que estão a decorrer nos arranjos exteriores da Araucária e se abrangeriam a zona envolvente da EB1 da Araucária. O Senhor Presidente informou que se trata das obras previstas no Programa Articular e que seriam executadas nos termos do previsto no projeto.

- O Vereador Francisco Rocha perguntou sobre se tinha ocorrido algum encontro entre a CM e os agricultores de Ermida e de Nogueira que se manifestaram na Praça do Município a propósito dos prejuízos resultantes do granizo/saraiva que se abateu naquela zona. Questionou ainda o executivo sobre a data de abertura das Piscinas de Codessais e para quando o início das obras na Central de Camionagem.

Senhor Presidente informou que tinha recebido uma comissão de agricultores e que tinha enviado um ofício ao Senhor Primeiro Ministro informando-o sobre o assunto. Sobre as obras da Central de Camionagem informou que tudo está pronto para a adjudicação das obras aguardando apenas aprovação do financiamento comunitário. O Vereador Madeira Pinto informou que a abertura das Piscinas de Codessais estava prevista para o final do mês de Junho.

### **Reorganização Administrativa Territorial Autárquica no Concelho de Vila Real**

Na sequência da publicação da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que consagra a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das Freguesias, o Sr. Presidente propôs a criação de um grupo de trabalho que ficasse responsável pela apresentação ao executivo de uma proposta de agregação de freguesias no Concelho de Vila Real, com vista a que a Assembleia Municipal se pronuncie até 15 de Outubro de 2012.

Propôs que este grupo de trabalho, presidido pelo Vereador Engº Madeira Pinto, tivesse a seguinte composição: 1 Vereador do PSD, 1 Vereador do PS, 2 Presidente de Junta de Freguesia eleitos pelo PSD e um Presidente da Junta de Freguesia do PS, sendo o Grupo de trabalho apoiado pela estrutura técnica do município.

Os Vereadores do Partido Socialista, em contrapartida propuseram que este Grupo de Trabalho incluísse representantes dos Partidos com assento na Assembleia Municipal.

- O Senhor Presidente referiu que esses elementos já faziam parte da Comissão aprovada pela Assembleia Municipal, e por isso não fazia sentido estarem neste grupo de trabalho. Contudo não via qualquer inconveniente em que assistissem às reuniões caso manifestem tal interesse. -----

## **II - ASSUNTOS URGENTES (artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro)**

Foi incluído na Ordem de Trabalhos o seguinte assunto:

- Lei dos Compromissos - Aumento Temporário dos fundos disponíveis

## **III - ORDEM DO DIA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **- Sociedade Polis/Processos Judiciais findos e Pendentes**

#### **- Provisão para honorários**

----- 1. - Presente à reunião carta de Dr. José Aguilar, Consultor Jurídico do Município de Vila Real registado sob o nº 4736, de 25/05/2012 do seguinte teor:

“Conforme referi a V. Exa. já em 2010, ficaram por pagar por parte da Sociedade Polis os honorários dos processos pendentes à data da sua extinção, já que tais processos se mantiveram por concluir.

Alguns desses processos estão ainda em curso, embora em instâncias superiores após decisão da 1ª instância que foi favorável à Polis.

Para pagamento desses honorários ficou estabelecido com aquela sociedade a entrega da quantia de 25.000 euros que seria igualmente considerada como provisão para

acompanhamento dos processos no futuro e intervenções pontuais em outros processos que surgissem após a cessação de atividade, como aliás sucedeu (Alexandre Barbosa Borges, S.A.).

Esta quantia sairia do depósito à ordem que a Sociedade detinha, que estava calculado para fazer face a esta e outras despesas.

Porém, tal depósito (no montante de 130.000 euros) foi penhorado no âmbito do processo de execução instaurado à Sociedade Polis, tendo posteriormente sido considerado como pagamento à sociedade credora (Alberto Couto Alves) em acordo celebrado já com o Município.

Segundo me foi assegurado pelos ex. gestores daquela sociedade, (concretamente pelo Sr. Engº Carlos Fernandes) foi considerada esta dívida nas informações prestadas com base nas quais o Município recebeu os bens e dívidas da Polis, tendo sido combinado que tal montante seria suportado pelo Município.

Assim, porque se trata de pagamento de serviços efetivamente prestado, e uma vez que são rendimentos de trabalho dos quais não posso abdicar, venho solicitar a V. Exa. sejam honrados os compromissos assumidos pela Polis, através do pagamento da quantia em dívida (25.000 euros) após confirmação dos anteriores gestores.”

Este valor consta do anexo I sobre Processos Judiciais Pendentes do relatório de extinção da Sociedade PÓLIS, que se anexa e faz parte integrante da presente ata.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Autorizar o pagamento da dívida de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros).**-----

### **Gabinete de Comunicação e Imagem**

#### **- Bolsa de Estudo para o 20º Curso Internacional de Língua Alemã da Hochschule Osnabrück**

----- 2. - Presente à reunião informação da Técnica Superior de Relações Internacionais do seguinte teor:

“A Universidade de Ciências Aplicadas de Osnabrück – Hochschule – oferece, todos os anos, uma bolsa de estudo para o seu Curso Internacional de Língua Alemã, a cada uma

das cidades geminadas com Osnabrück - Anger, Canakkale, Derby, Haarlem, Twer e Vila Real.

Este ano a 20ª edição decorrerá de 20 de agosto a 17 de setembro de 2012.

À semelhança dos anos transatos, a Câmara Municipal de Vila Real, através do Serviço de Relações Internacionais, lançou publicamente o concurso tendo sido selecionada Maria Beatriz Tranquada Paulino como vencedora da edição 2012 da bolsa.

A cidade de Osnabrück irá custear todas as despesas de estadia da bolsista, assim como as despesas do curso, sendo que o Município de Vila Real deverá apenas custear as despesas de deslocação da vencedora até à cidade alemã.

Assim sendo, solicita-se a autorização para efetuar a despesa supramencionada que consiste na passagem aérea da Maria Beatriz Traquada Paulino, no valor total de 425 €.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Autorizar o pagamento da viagem no valor de 425,00 € (quatrocentos e vinte e cinco euros).**-----

## **DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

### **- Lei dos Compromissos / Aumento Temporário dos fundos disponíveis**

----- **3.** - Presente à reunião informação do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro do seguinte teor:

“Nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, são considerados “Fundos Disponíveis” as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas;

Nos termos do art.º 4 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pelo executivo municipal;

Considerando que o Município tem uma série de projetos imateriais e de investimento em curso, com contratos de financiamento assinados nos diversos programas do QREN; Considerando que relativamente a estes projetos financiados existem Pedidos de Pagamento efetuados, nas Plataformas Eletrónicas dos respetivos programas dos Fundos Comunitários, de faturas por liquidar com um valor dos Fundos de 253 390,78 €, e também Pedidos de Pagamento a efetuar, de faturas pagas cujo valor dos Fundos é de 621 060,14 € e de faturas por liquidar com um valor dos Fundos de 266 746,48 €.

Nessa sequência, submete-se à aprovação da CM, o aumento temporário dos Fundos Disponíveis em 1 141 197,40 €, conforme mapa anexo.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Aprovar o aumento temporário dos Fundos Disponíveis, nos termos da informação do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.**-----

## **DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA**

### **Património**

- **Ampliação e Requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância das Árvores**
- **Aquisição de 6 lugares de garagem**

----- 4. - Presente à reunião informação do Património Municipal do seguinte teor:

“No decorrer da obra “Ampliação e Requalificação da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância das Árvores”, foi necessário proceder à expropriação de 6 lugares de garagem propriedade do Sr. Victor Manuel Gonçalves Macedo Martins, proprietário de uma loja de eletrodomésticos, fração A.

No processo de negociação e de acordo com o relatório de avaliação do perito da lista oficial, aos lugares de garagem foi atribuído o valor de 2.242,49 €, (33,47€/m<sup>2</sup>).

Não concordando com o valor o proprietário faz uma contraproposta no valor de 83.500 €, como não foi possível acordo entre as partes iniciou-se o processo de expropriação por utilidade pública, sendo publicado no Diário da República, II Série, n.º 163 de 23 de

agosto de 2010 a Declaração de Utilidade Pública com carácter de urgência e autorizada a posse administrativa.

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 42 da Lei 168/99, de 18 de setembro (Código das Expropriações), a Câmara Municipal promoveu a arbitragem, sendo fixado o valor para esta parcela em 33.637,13 € (referente ao valor do terreno 15.637,13 € (233,39€/m<sup>2</sup>) e depreciação da fração associada aos lugares de garagem 18.000 €).

A obra já se encontra concluída e através de ofício o proprietário vem propor a esta autarquia acordo amigável, justificando-se com as dificuldades que atualmente se depara no seu negócio, estando disposto a aceitar o valor total de 22.500 € (correspondendo 3.750 € a cada lugar de garagem) solicitando ainda que a Câmara Municipal se pronuncie quanto à redução do número de lugares no futuro funcionamento da loja, sobre o assunto os serviços técnicos emitiram o seguinte parecer:

### **1. Antecedentes**

**1993/08/18- Emissão** do alvará 362 para construção de edifício misto de habitação e comércio.

**1995/12/12-** Emissão do alvará de licença de utilização n.º 47/96, que inclui a fração “A”.

À fração “A” corresponde a loja número 1 (comércio/serviços) com a área bruta de 607 m<sup>2</sup>, integrando-se na fração doze lugares de estacionamento.

**2010/08/23-** Declaração n.º 174/2010 de utilidade pública da expropriação das diversas parcelas, entre as quais se encontravam seis lugares de estacionamento pertencentes à fração “A”.

### **2. Análise**

Tendo em conta a expropriação de seis lugares dos doze inicialmente afetos à fração “A”, é solicitada pelo respetivo proprietário informação sobre a possibilidade da câmara municipal deliberar que *“a retirada dos estacionamentos não prejudica o uso da referida fração, comprometendo-se o município a considerar, para efeitos de eventual licenciamento os seis lugares como existentes”*.

Em linguagem técnica afigura-se assim que o que se pretende é uma deliberação da Câmara Municipal que assegure que para efeitos de futuros procedimentos relativos ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, sejam analisados os pedidos como considerando que a fração “A” possui doze lugares e não apenas os seis existentes, em virtude de terem os demais seis sido expropriados por utilidade pública.

### 3. Apreciação

#### 3.1

Em termos de gestão urbanística embora a expropriação implique aparentemente um agravamento da desconformidade com a alínea a) do n.º 3 do artigo 21.º do PDM publicitado em Aviso n.º 7317/2011, que estabelece a dotação mínima de lugares de estacionamento para estabelecimentos de comércio e serviços e que implicaria a manutenção de doze lugares de estacionamento, o que é facto é que é tolerável aceitar a diminuição do estacionamento, face ao motivo que lhe deu origem – interesse público e porque a alínea b) do número 8 (condicionamentos físicos das parcelas) do artigo 21.º do mesmo PDM, prevê o não cumprimento da dotação de estacionamento em princípio obrigatória em caso de condicionamentos físicos das parcelas, o que é o caso porque a parcela foi diminuída forçadamente na sua área.

#### 3.2

Em termos administrativos afigura-se assim, que a deliberação solicitada não tem cabimento, mas sim a Câmara Municipal proceder a emissão de autorização de utilização (mediante requerimento do requerente com apresentação de certidão do registo predial retificada) - já que esta é que determina a possibilidade de utilização do espaço para a função de comércio.

De facto n.º 2 do artigo 62.º do RJUE refere: “*A autorização, quando não haja lugar à realização de obras ou quando se trate de alteração da utilização ou de autorização de arrendamento para fins não habitacionais de prédios ou frações não licenciados, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto -Lei n.º 160/2006, de 8 de agosto, destina -se a verificar a conformidade do uso previsto com as normas legais e regulamentares aplicáveis e a idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para o fim pretendido*”.

Face ao exposto, submete-se à consideração superior autorização para aquisição por via de direito privado, de 6 lugares de garagem, propriedade do Sr. Victor Manuel Gonçalves Macedo Martins e Ágata Cristina Marques Aranha de Macedo Martins, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de S. Dinis sob o artigo 1351 - fração A, e descrito na CRPredial de Vila Real com a descrição 277/19910806-A, no valor total de 22.500 € (correspondendo 3.750 € a cada lugar de garagem).”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Autorizar a indemnização de 22.500,00 € (vinte e dois mil e quinhentos euros) e considerar para efeitos de eventual licenciamento os seis lugares como existentes.**-----

**Tesouraria****- Balancete Quinzenal****- Quinzena de 28 de maio a 8 de junho/2012**

----- 5. - Presente à reunião o Balancete da Tesouraria de 28 de maio a 8 de junho/2012, o qual apresenta o seguinte movimento de valores em (euros):

<b>Saldo da Quinzena Anterior</b>	<b>2.786.325,80</b>
Cobrado Durante a Quinzena	341.557,53
Pago Durante a Quinzena	748.643,03
Saldo para a Semana Seguinte	2.379.240,30
<b>Discriminação do Saldo</b>	
• De Operações Orçamentais	1.450.279,74
• De Operações Não Orçamentais	928.960,56

-----**DELIBERAÇÃO: Tomar conhecimento.**-----

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO URBANA****DIVISÃO DE GESTÃO URBANA****- Processo n.º 4/76****- António Ferreira e Irmãos****- Freguesia de S. Dinis**

----- 6. - Requerimento de António Augusto Rodrigues registado sob o n.º 7282, datado de 04/07/08, submetendo para apreciação do Executivo a análise de um pedido de alteração do alvará de loteamento, sito na Rua da Fonte Nova, Freguesia de S. Dinis.

Traz a seguinte informação da Divisão de Gestão Urbana:

**“1. Antecedentes**

Em 16 de novembro de 2011, e de acordo com o artº 101º do Código do Procedimento Administrativo o requerente foi notificado pelo ofício nº 16579, do parecer desfavorável dos Serviços Técnicos do Departamento de Gestão do Território e para se pronunciar por escrito no prazo de trinta dias a contar da data do referido ofício.

**2. Conclusão**

Tendo em conta que até à presente data o requerente não se pronunciou relativamente ao solicitado em 16/11/2011, pelo que, nada havendo na instrução do pedido que possa conduzir a uma alteração do parecer emitido deverá a pretensão ser indeferida.”

A Chefe de Divisão de Gestão Urbana informa o seguinte:

“Face ao assunto sou de opinião que seja indeferido o pedido nos termos da informação técnica.”

O Diretor do Departamento de Gestão e Conservação Urbana emitiu o seguinte parecer:

“Proponho o indeferimento nos termos do parecer técnico”.

“Por Despacho de 23.05.2012, o Vereador do Pelouro remeteu o processo à reunião da Câmara Municipal, na sequência do parecer do Diretor do DGPU.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Indeferir nos termos da informação dos serviços.**-----

- Processo nº 16/07

- Siloseixo – Imobiliária, Lda.

- Freguesia de Mateus

----- 7. - Requerimento da firma Siloseixo – Imobiliária, Lda. registado sob o nº 2498, datado de 16/03/2012, submetendo para apreciação do Executivo o pedido de prestação de caução através de hipoteca de lotes, do loteamento sito no Fundo da Vila, Freguesia de Mateus.

Traz a seguinte informação da Divisão de Gestão Urbana:

**“1. Requerimento**

“Solicita o requerente que a garantia bancária a prestar para garantir a execução das infraestruturas seja por hipoteca dos lotes nº 2, 3, 4, 5 e 8, 9 e 10.

## **2. Informação**

O requerente para a emissão do alvará de loteamento tem que prestar uma garantia no valor de 236.616,00 €.

Os lotes que são apresentados para hipoteca para garantir a execução das obras, de acordo com os elementos que se anexam, garantem um valor de 352.840,00 €, valor este superior ao necessário, pelo que se deixa a aceitação da hipoteca dos mesmos como garantia para a execução das obras à consideração superior.”

A Chefe de Divisão de Gestão Urbana informa o seguinte:

“Face ao teor da informação técnica prestada convém informar o seguinte:

1. Com o presente requerimento o particular vem solicitar a substituição da garantia bancária a fim de garantir a boa e regular execução das obras de urbanização pela hipoteca dos lotes n.º 2, n.º 3, n.º 4, n.º 5, n.º 8, n.º 9 e n.º 10, do loteamento em causa.
2. De acordo com a informação técnica prestada e face à simulação do valor patrimonial tributário, apresentada em anexo, a avaliação efetuada dos lotes que totaliza 325 840,00 € é superior ao valor estabelecido para a caução no valor de 236 616,00 €.
3. Nos termos do disposto no n.º 2, do art.º 54.º do RJUE a caução a prestar para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização a favor da Câmara Municipal, pode ser efetuada mediante garantia bancária, hipoteca sobre bens imóveis propriedade do requerente, depósito em dinheiro ou seguro-caução. Independentemente das possibilidades que existem na forma de prestação da caução convém alertar (conforme já efetuado em situações análogas e visto que estas petições estão a ser frequentes dada a atual conjuntura económica), e refletir sobre o tipo de caução a prestar e nas consequências práticas dessa decisão para o Município. Assim, em caso de incumprimento na execução das infraestruturas pelo loteador, será necessário então a Câmara Municipal promover a realização dessas obras de infraestruturas e que na situação proposta irá existir como caução os lotes hipotecados.

4. Face ao exposto sou de opinião que seja o assunto remetido à reunião da Câmara Municipal para apreciação e deliberação sobre o que houver por conveniente.”

O Diretor do Departamento de Gestão e Conservação Urbana emitiu o seguinte parecer: “Proponho que o processo seja presente à reunião de Câmara. Concordo com o parecer.”

Por Despacho de 04.06.2012, o Vereador do Pelouro remeteu o processo à reunião da Câmara Municipal, na sequência do parecer do Diretor do DGCU.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Indeferir o pedido em face à atual conjuntura económica de desvalorização do sector imobiliário que gera incertezas quanto ao futuro.**-----

- Processo n.º 21/07

- Jorge Sebastião Vaz, Irmão & Companhia, Lda.

- Freguesia de Lordelo

----- 8. - Requerimento da firma Jorge Sebastião Vaz, Irmão & Companhia, Lda., registado sob o n.º 1055, datado de 02/02/2012, submetendo para apreciação do Executivo a aprovação do aditamento ao loteamento sito no Lugar das Sombradeiras, Freguesia de Lordelo.

Traz a seguinte informação da Divisão de Gestão Urbana:

#### **“1. Requerimento**

Solicita o requerente a alteração de uso para o R/C do lote n.º 1 e ainda a correção das áreas do quadro síntese.

#### **2. Informação**

Em 2010.12.03 foi emitido o alvará de loteamento n.º 3/2010, onde constava que para o lote n.º 1, o edifício a construir seria destinado a comércio/serviços e habitação.

Com o presente requerimento é pretendida a alteração do uso de lote n.º 1 só para habitação, além de correção das áreas descritas no quadro síntese.

Com a alteração de uso pretendida, para o lote é necessário garantir 22 lugares de estacionamento públicos, lugares que se encontram garantidos.

No que respeita às áreas de cedência, há a referir:

a) Área já cedida com a emissão do alvará: **1.535,32 m<sup>2</sup>**

b) Área necessária em função das alterações:

Face às alterações pretendidas será necessária a cedência de mais 65,53 m<sup>2</sup>, área esta que o requerente se propõe, de acordo com o referido em memória descritiva compensar nos termos do n.º 4, do artigo 78º, do Regulamento do PDM, o que implica, nos termos do artigo 35º do Regulamento e tabela de taxas municipais um pagamento de 3.390,00 €.

Para o cálculo da área a ceder considerou-se a diferença entre a já descida para o uso inicial e a necessária para o uso pretendido.

### **3. CONCLUSÃO**

Face ao exposto, como são cumpridas as disposições referentes ao estacionamento e às áreas de cedência e ainda não são alterados os parâmetros urbanísticos já previstos no alvará de loteamento inicial, nada a opor ao deferimento do presente aditamento nas condições acima.”

A Chefe de Divisão de Gestão Urbana informa o seguinte:

“Face ao assunto sou de opinião que seja deferida a petição nos termos da informação técnica, acrescentando ainda que a alteração proposta está dispensada de consulta pública visto que o requerente é o único proprietário do loteamento. Nestes termos, entendo que o pedido seja remetido à reunião da Câmara Municipal para apreciação e deliberação.”

O Diretor do Departamento de Gestão e Conservação Urbana emitiu o seguinte parecer:

“Concordo com o parecer técnico, proponho que o processo seja presente à reunião de Câmara.”

Por Despacho de 05.06.2012, o Vereador do Pelouro remeteu o processo à reunião da Câmara Municipal, na sequência do parecer do Diretor do DGPU.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Deferir nos termos da informação dos serviços.**-----

- Processo nº 1/00

- Topimob – Investimentos e Gestão Imobiliária, S.A.

- Freguesia de S. Pedro

----- 9. - Requerimento da firma Topimob – Investimentos e Gestão Imobiliária,

S.A., registado sob o nº 11061, datado de 23/01/2011, submetendo para apreciação do Executivo a receção provisória das obras de urbanização do loteamento sito na Quinta da Guia, Freguesia de S. Pedro.

Traz a seguinte informação da Divisão de Gestão Urbana:

**“1. Requerimento**

Solicita o requerente a receção provisória das obras de urbanização.

**2. Informação**

Consultadas as entidades envolvidas no presente processo, nomeadamente a PT, EN, EMAR, DSU e DCU, só a EN e PT é que realizaram as respetivas receções provisórias. Como não se encontram reunidas as condições para a receção provisória propõe-se a redução da caução em função das obras já realizadas.

Da consulta às entidades, a DSU informa que não pode ser realizada qualquer redução, a EMAR informa que deve ser retido o valor correspondente à pavimentação, resíduos sólidos e rede de rega e o DCU informa que deve ser retido o valor de 8.706,25 €.

No que respeita à EMAR, como não se encontra no orçamento inicial o valor referente à rede de rega, pelo que só se contabilizou o valor referente aos resíduos sólidos e pavimentação, no entanto este valor pode ser garantido pelo valor dos encargos administrativos que ainda fica retido.

Assim, da caução existente e em função do acima referido, pode ser reduzido o valor **171.103,85 €, devendo ser mantido o valor de 86.804,15 €.”**

A Chefe de Divisão de Gestão Urbana informa o seguinte:

“Relativamente ao pedido formulado convém referir que o loteamento não se encontra em condições de ser efetuada a receção provisória das obras de urbanização, visto que só a EN e a PT se pronunciaram favoravelmente sobre o assunto. Assim, propõe-se que seja efetuada a redução da caução, nos termos dos pareceres emitidos, mantendo-se o valor de 86.804,15 €, conforme informação técnica prestada.

Que seja o processo remetido à reunião de Câmara Municipal para apreciação e deliberação.”

O Diretor do Departamento de Gestão e Conservação Urbana emitiu o seguinte parecer:

“Proponho que o processo seja presente à reunião camarária, concordando com o parecer técnico, reduzindo a caução para 86.804,15 €.”

Por Despacho de 06.06.2012, o Vereador do Pelouro remeteu o processo à reunião da Câmara Municipal, na sequência do parecer do Diretor do DGPU.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Autorizar a redução da caução, nos termos da informação dos serviços.-----

## DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

- **Prestação do Serviço de Transportes Escolares para cada um dos Minicircuitos Privativos de Aluguer, no âmbito da Rede Escolar para o ano letivo 2012/2013**
- **Procedimento por Ajuste Direto Geral**
- **Relatório Final**

----- **10.** - Presente à reunião o Relatório Final da Prestação do Serviço de Transportes Escolares para cada um dos Minicircuitos Privativos de Aluguer, no âmbito da Rede Escolar para o ano letivo 2012/2013.

“Com referência aos elementos abaixo discriminados e em cumprimento do disposto no artigo 124º do Código dos Contratos Públicos, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado em anexo ao Decreto-lei nº 278/2009, de 2 de outubro, reuniu o Júri designado para o presente procedimento.

#### **1. Referência do procedimento:**

Procedimento por Ajuste Direto Geral

#### **2. Objeto de Contratação:**

Prestação do Serviço de Transportes Escolares para cada um dos Mini-Circuitos Privativos de Aluguer, no âmbito da Rede Escolar para o ano letivo 2012/2013.

**3. Designação do Júri:****Despacho:** Despacho de 26.04.2012 e Deliberação de 30.04.2012**Entidade:** Respectivamente do Sr. Presidente da CMVR e do Executivo Municipal**4. Membros do Júri:**

Designados	Função		Participantes no Relatório
	Presidente	Vogal	
		Efectivo      Suplente	
Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues	X		X
Sr. Alberto Jorge Faria Pinto de Moura		X	X
Dra. Teresa Maria Barros Carriço		X	X

**5. Admissão e exclusão de propostas: (foram admitidas a concurso 26 Entidades)**

Entidades/Concorrentes	Admitido	Excluído
TOMÁS AUGUSTO OLIVEIRA TEIXEIRA	Todos admitidos	
ELZA MARIA SILVA RIBEIRO		
TÁXIS DE AQUINO Lda.		
TÁXI CRUZ & BOTELHO, Lda.		
PLUMA TOUR -VIAGENS TURISMO Lda		
TÁXI ANTÓNIO MOURA & AMÁVEL Lda		
EMPRESA AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA		
TÁXI ANÍBAL RUA & FILHA Lda		
TÁXI ARMÉNIO PEIXOTO E FILHOS LDA.		
TÁXI JAIME DIAS Lda		
FILINTO TÁXIS Lda		
TÁXI MOURA & GONÇALVES Lda		
DOMINGOS EIRA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS		
TRANSPORTES ALBINO & HELENA Lda		
TÁXIS CENTRAIS DE AVEÇÃO DO CABO, Lda.		

RUI MANUEL TEIXEIRA TOUÇAS		
TÁXI DUARTE GOUVINHAS Lda.		
TÁXI RUA & SANTOS Lda		
SILVESTRE CAETANO TÁXIS, UNIPessoal		
ANTÓNIO HELENO LOPES		
EMPRESA RODONORTE SA		
TÁXIS MOURÃO PEIXOTO SOC. UNIPessoal Lda		
TÁXIS ALVES & TELMO, Lda.		
SÍLVIO BARROS VIAGENS e TURISMO UNIPessoal		
TÁXI MIRAMARÃO UNIPessoal Lda		
ANSELMO LOPES PINTO FÉLIX		

#### 6. Ordenação das Propostas

Critério de adjudicação estipulado:

O artigo 10º do Convite e Programa de Concurso determina que a adjudicação será feita segundo o *critério de mais baixo preço*, pelo que a adjudicação deverá ser feita nos termos do *Mapa Comparativo que se anexa*.

#### 7. Audiência Prévia

Nos termos do artigo 123ª por remissão do artigo 147º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, o Júri procedeu à *Audiência Prévia escrita dos concorrentes*, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

#### 8. Parecer Final:

De acordo com o exposto no ponto anterior o Júri mantém o teor das conclusões do *Relatório Preliminar*.

#### 9. Proposta de Adjudicação: A adjudicação deverá ser feita de acordo com o *Mapa Comparativo*, esquematizado da seguinte forma:

NOME DOS CONCORRENTES	MINI-CIRCUITOS	LOCALIDADES E GRUPOS	CUSTO DIA (S/IVA)	VALOR TOTAL (S/IVA) (Ano letivo 2012/2013) (175 dias)
<i>Elza Maria Silva Ribeiro</i>	<i>I</i>	<i>Covêlo</i>	<i>21,50€</i>	<i>3,762,50€</i>
<i>Táxi Jaime Dias Lda</i>	<i>(II, VIII e XV)</i>	<i>Grupo A</i>	<i>65,00€</i>	<i>11.375,00€</i>
	<i>(X e XVI)</i>	<i>Grupo F</i>	<i>53,00€</i>	<i>9.275,00€</i>
<i>Táxi Centrais Aveção do Cabo</i>	<i>(III e XII)</i>	<i>Grupo B</i>	<i>38,40€</i>	<i>6.720,00€</i>
<i>Táxi Alves &amp; Telmo Lda</i>	<i>IV</i>	<i>Portela</i>	<i>12,00€</i>	<i>2.100,00€</i>
<i>Silvestre Caetano Táxis, Unip. Lda</i>	<i>(V, VII, XI e XIII)</i>	<i>Grupo E</i>	<i>39,50€</i>	<i>6.912,50€</i>
	<i>VI</i>	<i>Relvas</i>	<i>19,95€</i>	<i>3.491,25€</i>
	<i>XIV</i>	<i>Póvoa, Vessadios, Magalhã, Jorjais, Cória, Fonteita, Passagem, Mosteirô</i>	<i>44,50€</i>	<i>7.787,50€</i>
<i>Táxis Aníbal Rua &amp; Filha Lda</i>	<i>IX</i>	<i>Vil. Tanha, Tanha, Alfolões, Comenda, Vale Casa/Açor</i>	<i>44,00€</i>	<i>7.700,00€</i>
<i>Total/Dia:</i>			<i>337,85€</i>	<i>59.123,75€</i>

**10. Estrutura:**

Proposta com Variantes aos Grupos A, B, E e F cujo valor económico é inferior à soma das propostas individuais de valor mais baixo.

Grupos	Custo/Dia	Mini-Circuitos	Designação
<b>A</b>	65,00€	<b>II</b>	Ramadas e Galegos da Serra para o 1ºCEB de Agarez;
		<b>VIII</b>	Sirarelhos, Galegos e Arnal para a povoação de Agarez;
		<b>XV</b>	Quintelas para o 1ºCEB de Mondrões;
<b>B</b>	38,40€	<b>III</b>	Vila Cova para o 1ºCEB do Pereiro;
		<b>XII</b>	Castedo para a povoação da Boavista;
<b>E</b>	39,50€	<b>V</b>	Abobeira para o 1º CEB da Sra. da Pena;
		<b>VII</b>	Tojais para o 1ºCEB da Sra. da Pena;
		<b>XI</b>	Carvas para a povoação de Valnogueiras;
		<b>XIII</b>	Tojais para a povoação de Valnogueiras;
<b>F</b>	53,00€	<b>X</b>	Cravelas para a povoação de Outeiro;
		<b>XVI</b>	Lamas D'Olo, Relva e Outeiro para o 1ºCEB Prado/Ferreiros;

Assim, o custo global do transporte escolar em **minicircuitos privados de aluguer** para o ano letivo 2012/2013, considerando **175 dias letivos**, é de **59.123,75€**, ou seja:

- Despesa no ano civil 2012, considerando 67 dias letivos .....22.635,95€;
- Despesa no ano civil 2013, considerando 108 dias letivos ..... 36.487,80€;

(Os valores apresentados não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado, IVA 6%.)

**11. Deliberações tomadas por:**

Unanimidade	Maioria
TODAS	_____

-----**DELIBERAÇÃO: Autorizar as adjudicações, nos termos da informação dos serviços.**-----

**- Serviços de Apoio à Família - Proposta de anulação de dívida e isenção dos serviços de apoio à família – Carlos José Correia Telmo**

----- **11. -** Presente à reunião informação do Chefe de Divisão de Educação do seguinte teor:

“1.- Por deliberação do Exmo. Executivo Municipal de Vila Real, de 16.02.2011, foi autorizada a anulação da dívida e a isenção do pagamento dos Serviços de Apoio à Família, de que eram beneficiários os filhos de Maria Inês Coelho de Melo, por motivo do falecimento desta;

2.- No início do ano letivo 2011/2012, o filho mais novo, Tomás de Melo Telmo, foi inscrito pelo pai, Carlos José Correia Telmo, nos Serviços de Apoio à Família (Acolhimento, Almoço e Prolongamento de Horário) a funcionar na Escola do EB1 do Bº S. Vicente de Paula, tendo este vindo a falecer pouco depois, e não tendo tido tempo para solicitar a declaração atualizada relativa ao escalão de Abono de Família;

3.- De acordo com informações obtidas junto da Coordenadora do Estabelecimento de Ensino, uma tia materna, residente nos Açores, terá manifestado vontade de adotar os sobrinhos, e de os levar para aquela Região Autónoma, pelo que o processo de regularização dos pagamentos em atraso ficou “pendente” nestes serviços até que ficasse definida a situação familiar e escolar do menor;

4.- No entanto, o menor e o seu irmão, a frequentar a Escola do EB2,3 Diogo Cão ainda estão, efetivamente, a cargo da avó paterna, viúva e com parcos rendimentos;

5.- Face ao exposto, propõe-se que o Exmo. Executivo Municipal de Vila Real delibere que seja anulada a dívida relativa a este aluno, no valor de 449,84€ até abril, e que o mesmo fique isento de pagamento dos serviços de apoio á família até ao final do corrente ano letivo.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Anular a dívida e isentar o aluno de pagamento dos serviços de apoio á família, nos termos da informação dos serviços.**-----

**- CONCURSO Miss e Mister Sustentabilidade da Escola Secundária Morgado de Mateus - Pedido de verba para atribuição de prémios**

----- **12.** - Presente à reunião informação do Chefe de Divisão de Educação do seguinte teor:

“1.- A Diretora da Escola Secundária Morgado de Mateus enviou ao Município de Vila Real um ofício, no qual dava a conhecer a realização, no próximo dia 6 de Junho, de uma atividade denominada «Concurso Miss e Mister Sustentabilidade», durante a qual os alunos vão *“elaborar peças de roupa, adereços e outros, que traduzam a importância da reutilização e reciclagem dos materiais.”*»

2.- Solicitam a colaboração do Município de Vila Real através de *“um contributo monetário ou outros (livros, pen-drive,...) para a atribuição de um prémio ao 1º classificado na categoria do Ensino Básico do 3º Ciclo e na categoria do Ensino Secundário.”*-----

-----**DELIBERAÇÃO: O Vereador Miguel Esteves ficou de angariar apoio junto da Resinorte.**-----

**- Aprovação da ata em minuta e encerramento da reunião**

----- 13. - E não havendo mais nada a tratar, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para efeitos consignados no n.º. 4 do art.º. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, com funções de Secretário que a mandei elaborar. Seguidamente foi encerrada a reunião quando eram 11,30 horas.-

**O DIRETOR DE DEPARTAMENTO,**

  
(Eduardo Luís Varela Rodrigues)

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

  
(Manuel do Nascimento Martins)

## ANEXO I

## Sociedade PolisVilaReal, S.A. / Processos judiciais pendentes

## Informação

Na qualidade de advogado fui incumbido pela Sociedade Polis de Vila Real, de proceder á contestação de várias acções.

Algumas arrastaram-se para além da liquidação da referida sociedade e **ainda se encontram pendentes**.

Das acções referidas entendo dever ressaltar **TRÊS** que merecem atenção.

A **primeira** diz respeito a uma execução pendente de cobrança com o valor de 1.171.573,24 euros, apresentada pelo empreiteiro Alberto Couto Alves S.A. no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, sendo actualmente a quantia em dívida de 800.484,16 euros por pagamentos parciais entretanto efectuados pela Polis.

Neste processo foi penhorado o saldo bancário da Polis que se destinava ao pagamento parcial da dívida, no montante de 156.712,02 euros.

Os juros desta dívida ultrapassam os 1.500 euros mensais uma vez que são fixados de fora especial e mais agravada para as empreitadas.

Para além da quantia referida haverá que contar com as custas da execução e honorários, estes de cerca de 2.500 euros.

A **segunda** acção pendente diz respeito a um pedido de indemnização apresentado por João Manuel Gonçalves das Neves, relativamente às questões relacionadas com a Quinta de Tourinhas que não chegou a ser expropriada.

Apesar de em meu entender o fundamento para o pedido ser de duvidosa possibilidade, o que é certo é que a **acção existe e o pedido de indemnização é no montante de 6.860.047,96 euros**.

Esta acção foi, igualmente, intentada contra o Município, embora com fundamentos diferentes.

Numa primeira decisão proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela foram absolvidas as duas entidades do pedido.

Entretanto, fui já notificado da **interposição de recurso da decisão** proferida por parte do referido Neves, e recebi as respectivas alegações, correndo prazo para contra alegar, o que **vou fazer** na parte que considerar adequado. No entanto informo desde já que a

sentença tem fragilidades que, embora não implicando diferente decisão quanto ao fundo e quanto à provável absolvição de ambas as rés, levarão à sua anulação e, eventualmente, a um julgamento quanto à matéria de facto, complicando o processo.

Considero, quanto a este processo, a necessidade de provisionar uma quantia para despesas, designadamente preparos custas e pagamento dos honorários que me são devidos e que no final do processo solicitarei me sejam liquidados, sugerindo para todas as referidas despesas uma provisão de 25.000 euros que será suficiente para as referidas despesas, salvo se o processo se vier a complicar e exigir especial atenção e trabalho, o que não se afigura vir a suceder.

Em terceiro lugar, corre ainda no Tribunal Judicial de Vila real, a acção ordinária nº 333/08.8 intentada pelo Condomínio do Centro Comercial Mira Corgo, através da qual este reclama o pagamento de indemnizações por infiltrações alegadamente resultantes das obras de requalificação realizadas no logradouro da Av. 1º de Maio.

O valor de indemnização não foi concretizado e será liquidado em execução de sentença se esta vier a proceder, mas a acção tem um valor atribuído de 50.000 euros.

Tal como sucede com a anteriormente referida, esta acção tem fracas probabilidades de sucesso.

O julgamento está previsto para o dia 14 de Dezembro, com audição das testemunhas uma das quais terá de se deslocar de Famalicão e a sentença deverá ser proferida apenas em 2011.

Dado o valor da acção e considerando as eventuais despesas, designadamente se qualquer das partes apresentar recurso, mesmo não admitindo qualquer responsabilidades haverá sempre que aprovisionar uma quantia de 5.000 euros para as referidas despesas, preparos e honorários.

Vila Real, 15 de Novembro de 2010

O advogado,

*[Handwritten signature]*

  


**ANEXO - artº 4 da Lei nº 8/2012, de 21/2 ( Lei dos Compromissos)**

**MAPA RESUMO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS A RECEBER DE PROJECTOS APROVADOS PELO QREN PARA EFEITOS DE ANTECIPAÇÃO DE FUNDOS DISPONÍVEIS**

PROJECTOS COM CONTRATO FINANCIAMENTO	Pedidos de Pagamento Efectuados		Pedidos de Pagamento a Efectuar	
	de Facturas Pagas	de Facturas por Liquidar	de Facturas Pagas	de Facturas por Liquidar
<b>PROJECTOS - PPI</b>				
Ampliação e Requalificação da Escola da Araucária	84.025,79 €			
Ampliação e Requalificação da Escola 1º CEB/JI B. S. Vicente Paula	58.462,95 €			
Pavilhão Desportivo Municipal Seixo	83.306,47 €			
Beneficiação da Avenida da Noruega - Criação de um Corredor BUS	3.165,06 €			
Parque de Estacionamento do Seixo		212.775,25 €	1.980,00 €	
Proteger é Conhecer	13.378,71 €		37.752,49 €	2.155,19 €
Seivacorgo	5.333,13 €		6.798,44 €	1.570,93 €
Ampliação e Requalificação da Escola da Tímpeira			14.609,62 €	
Construção Pavilhão G2 no Espaço do Novo Centro Escolar das Árvores	52.000,90 €		10.114,56 €	11.719,65 €
Requalificação e Ampliação da Escola das Árvores (Construção de um Novo Centro Escolar)	200.709,18 €	5.829,13 €		
Requalificação e Ampliação da Escola do Corgo			122.978,58 €	
Construção do Centro Escolar de Mouçós			96.595,00 €	
Construção do Centro Escolar do Sudeste			257.155,78 €	248.080,71 €
Aquisição de Equipamentos para Episódios de Neve		34.786,40 €		
Pontos de Água Mistos do Concelho				3.220,00 €
Equipamentos / Infra-estruturas de Recreio			4.280,40 €	
<b>Articular - Operação 2</b>				
Qualificação do Bairro Stº. Maria	309.243,06 €			
Qualificação do Bairro da Pimenta			7.215,49 €	
<b>TOTAL PPI</b>	<b>809.625,25 €</b>	<b>253.390,78 €</b>	<b>559.480,36 €</b>	<b>266.746,48 €</b>
<b>PROJECTOS - PAM</b>				
Douro de Emoções	119.498,82 €			
<b>Articular - Operação 5</b>				
Gestão do Contrato de Financiamento			24.190,06 €	
Ação de Dinamização da Parceria			37.389,72 €	
<b>TOTAL PAM</b>	<b>119.498,82 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>61.579,78 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>TOTA GERAL DE PEDIDOS DE PAGAMENTO A EFECTUAR</b>	<b>929.124,07 €</b>	<b>253.390,78 €</b>	<b>621.060,14 €</b>	<b>266.746,48 €</b>
				<b>1.141.197,40 €</b>

Vila Real, 31 de Maio de 2012

O Director do DAF

